

Agentes deflagram greve por tempo indeterminado

Aline Bittencourt

Os agentes de segurança em Medidas Socioeducativas que atuam no Centro de Atendimento ao Menor (Cenam) e na Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (Usip) cruzaram os braços ontem, 5. A categoria se concentrou em frente às Unidades pela manhã e apenas 50% do efetivo mantiveram suas atividades. O motivo, de acordo com a assessoria de comunicação do Sindicato dos Agentes de Segurança e de Medidas Socioeducativas (Sindasse), é a possível falta de negociação da Fundação Renascer quanto às suas pautas de reivindicação,

dentre elas, a incorporação de uma gratificação ao salário base, que é de R\$ 633,00.

“Tivemos uma reunião no último dia 25 de julho, entre representantes do Ministério Público do Trabalho, os agentes de segurança socioeducativa e a Fundação Renascer, para destacar nossas reivindicações, que são a incorporação da gratificação aos salários dos servidores, o aditivo triênio, licença prêmio, auxílio escolta e horas extras, mas a Fundação não atendeu a nenhum dos pontos”, diz o assessor de comunicação do Sindasse, Uanderson Conceição.

Segundo Uanderson Conceição, a greve será por tempo indeterminado até receberem algum posicionamento sobre as pautas de reivindicações. “Já são cerca de 10 meses

esperando por uma negociação. Hoje (ontem) pela manhã, nós realizamos uma assembleia, na qual a categoria decidiu pela deflagração da greve por tempo indeterminado, ficando apenas 50% do efetivo trabalhando”, conta.

Ele denuncia ainda que a carga horária cumprida pelos agentes está além do previsto por lei. “Trabalhamos 16h a mais da nossa carga horária. Existe uma súmula 444 do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabelece hora extra para quem trabalha no regime 24h por 72h”, afirma o assessor de comunicação.

A equipe de jornalismo do Jornal Correio de Sergipe esteve nas unidades Cenam e Usip para verificar se com a greve, as visitas seriam prejudicadas. No Cenam, alguns agentes informaram que as visitas na segunda-feira ocorrem somente até às 15h. Já na Usip, agentes informaram que não houve visitas e que, provavelmente, nessa terça-feira também não haverá.

A assessoria de comunicação da Fundação Renascer informou que com a greve do 50% do efetivo, a rotina das unidades foram alteradas. “A maioria das atividades dependem do auxílio também dos agentes. As salas de aulas e cursos, por exemplo, foram suspensos. Referente às visitas, não foram totalmente suspensas, mas há um remanejamento da equipe para conseguir dar conta”, destaca a assessoria de comunicação da Fundação Renascer, informando ainda que as atividades essenciais como alimentação, atendimento médico, dentre outras rotinas básicas, foram mantidas normalmente.

• Nota oficial

Em nota oficial, a Fundação Renascer e a Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides) afirmaram que sem-

pre estiveram abertas ao diálogo e à negociação quanto às reivindicações dos agentes de segurança em Medidas Socioeducativas. Questionada sobre a falta de negociação com os agentes, a Fundação Renascer esclareceu que, “a instituição, na medida do possível e dentro da legalidade, empreendeu esforços para atender as pautas de reivindicação da categoria, mas que, segundo parecer da Procuradoria Geral do Estado, solicitações como licença prêmio e pagamento de triênio são incabíveis ao servidor celetista”.

Ainda em nota, a Fundação diz ainda que em relação ao pedido de pagamento do auxílio escolta (quando os agentes acompanham os adolescentes em atividades fora das unidades, como, por exemplo, audiências), a instituição entende que a atividade é inerente à função do agente de segurança, conforme entendimento já externado pelo MPT e Ministério Público Estadual.

No que diz respeito à incorporação da Gratificação Especial por Atividade Socioeducativa (Gease), a instituição revela em nota oficial que o pleito foi apresentado pela categoria somente em maio de 2013 e que desde então, a diretoria da Fundação Renascer envidou diversos esforços no sentido de dar encaminhamento à mesma.

Em relação ao reajuste salarial, a Fundação afirma que a categoria segue a mesma regra aplicada aos demais servidores da Fundação, de acordo com a Lei 5890/2006 que regula os empregados públicos.

A Fundação Renascer destaca em nota que, “embora arquivado o procedimento de mediação junto ao MPT, continua aberto o diálogo com a categoria de agentes de segurança, bem como com as demais categorias”.